



COMPROVANTE
RETIRADA DE EDITAL

EMPRESA: _____

CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

CIDADE: _____

ESTADO: _____

CEP: _____ FONE: () _____

E-MAIL: _____

FAX: _____

MODALIDADE: Tomada de Preços nº 27/2012.

PROCESSO Nº 9882/2012.

OBJETO: Reforma do Terminal Rodoviário - Aracruz - ES.

Obtivemos, através do acesso www.aracruz.es.gov.br, nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Visando à comunicação futura entre esta Prefeitura e sua empresa, solicitamos a Vossa Senhoria preencher o recibo de retirada de edital e remetê-lo ao Setor de Licitação, por meio de fax.: 27 3296-1092 ou do e-mail licitacao@aracruz.es.gov.br.

A não remessa do recibo exime a Prefeitura Municipal de Aracruz da responsabilidade da comunicação, por meio de fax ou e-mail, de eventuais esclarecimentos e retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais, não cabendo posteriormente qualquer reclamação.

Local: _____, ____ de _____ de 2012

Nome por extenso: _____

RG nº: _____

ASSINATURA



EDITAL

TOMADA DE PREÇOS N.º 27/2012

PROCESSO Nº 9882/2012

O **Município de Aracruz**, Estado do Espírito Santo, através da Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria n.º 11.644 de 18/06/2012, torna público, para conhecimento dos interessados que de acordo com a Lei Federal n.º 8.666/93, atualizada pelas Leis Federais n.ºs. 8.883/94 e 9.648/98 e alterações posteriores, fará realizar no **dia 27/09/2012 às 08:30 horas**, na Av. Morobá, nº 20, Bairro Morobá, Aracruz, ES, licitação na modalidade de **TOMADA DE PREÇOS, do tipo menor preço, na forma de execução indireta, em regime de empreitada por preço unitário**, objetivando a **Reforma do Terminal Rodoviário de Aracruz/ES**, mediante condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

Local/horário/dia: Os envelopes “A - Documentação para Habilitação” e “B - Proposta Comercial” deverão ser protocolizados no protocolo geral da PMA, na Rua Padre Luiz Parenzi, nº 710, Aracruz ES (antigo Fórum) **até as 17:30 horas do dia 26/09/2012, iniciando-se a abertura do envelope habilitação às 08:30 horas, no dia 27/09/2012, na sala da Comissão de Licitação, na Av. Morobá, nº 20, Bairro Morobá, Aracruz/ES.**

1. OBJETO E DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

1.1 - A presente Tomada de Preços tem por objeto a **Contratação de Empresa para execução dos serviços de Reforma do Terminal Rodoviário de Aracruz/ES**, nos termos deste Edital e demais anexos.

1.2 - Salienta-se de imediato, que além das especificações da planilha orçamentária, memorial descritivo e critérios de medição, memória de cálculo e projetos deverão também ser atendidas as recomendações técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, quanto à qualidade dos materiais e mão-de-obra empregados na execução dos serviços.

2. ANEXOS

2.1 - Integram o presente Edital, independentemente de transcrição, os seguintes anexos:

- Anexo I** - Carta Credencial do(s) Representante(s) na Licitação (modelo);
- Anexo II** - Carta Resumo da Proposta de Preços (modelo);
- Anexo III** - Ficha de Identificação (modelo);
- Anexo IV** - Composição Analítica do Preço Unitário (modelo);
- Anexo V** - Atestado de visita técnica (modelo);
- Anexo VI** - Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo (modelo);
- Anexo VII** - Projetos/Memorial Descritivo/Critérios de Medição; Planilha Orçamentária;
- Anexo VIII** - Termo de Referência;
- Anexo IX** - Cronograma de execução físico-financeiro (modelo);
- Anexo X** - Minuta de Contrato;

3. FONTES DE RECURSOS FINANCEIROS

3.1 - Os recursos financeiros para pagamento dos encargos resultantes da presente Tomada de Preços correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:



804	Código Reduzido
14	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
001	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
0015	Urbanismo
0122	Administração Geral
0045	ARACRUZ EM OBRAS
1482	Construção, Ampliação e Reforma de Prédios Público
44905199000000	OUTRAS OBRAS E INSTALACOES
00290400	Royalties do petróleo

4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1 - Poderá participar da presente licitação toda e qualquer empresa cadastrada no Município de Aracruz, ou que atenda todas as condições exigidas para cadastramento e apresente os documentos respectivos à divisão de cadastro da Prefeitura Municipal até o terceiro dia anterior à data do recebimento dos envelopes (Habilitação e Proposta), observada a necessária qualificação e que atenda, dentre outras exigências constantes deste edital as seguintes:

4.1.1 - A licitante poderá adquirir o Edital junto ao **site da P.M. de Aracruz** (www.pma.es.gov.br - Links úteis - licitação) ou junto à Comissão Permanente de Licitação, trazendo CD, pendrive etc, para copiar os projetos, planilhas, na Av. Morobá, nº 20, Bairro Morobá - Aracruz/ES.

4.1.2 - O cadastramento da empresa será realizado de acordo com os procedimentos administrativos consolidados da Prefeitura Municipal de Aracruz, em conformidade com a legislação vigente.

4.1.3 - Não será admitida a participação nesta licitação de empresas que:

- a - Estejam cumprindo pena de suspensão temporária de participar em licitação e/ou impedimento de contratar com o Município de Aracruz;
- b - Tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, não ocorrendo a reabilitação;
- c - Entre seus dirigentes, gerentes, sócios, responsáveis e técnicos, haja alguém que mantenha vínculo empregatício com o Município de Aracruz;
- d - Estejam em Processo de Falência;
- e - Se façam representar por pessoa sem a devida autorização.
- f - Estejam enquadradas no artigo 9º da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Obs: A Autorização de representação dar-se-á através de Carta Credencial específica para se manifestar na presente licitação em nome da proponente, com poderes para assinar ata, receber recursos e demais comunicações da Comissão Permanente de Licitação, inclusive para desistir do direito de recurso tanto da decisão de habilitação, quanto de classificação, além das demais atribuições que forem transferidas para o representante, devendo ser entregue em mãos na sessão de abertura da licitação, observando também as disposições acerca de comprovação de microempresa ou empresa de pequeno porte.

4.2 - DA VISITA TÉCNICA

4.2.1 - A empresa licitante deverá, obrigatoriamente, realizar visita técnica prévia ao local da obra onde os serviços serão executados, examinar os projetos, especificações e planilhas, tomando o conhecimento de todos os detalhes e peculiaridades que julgar convenientes, nos termos do inciso III, do artigo 30, da lei 8.666/93 e suas alterações, não podendo alegar, posteriormente, desconhecimento e/ou eventuais dificuldades de execução de qualquer parte dos serviços ora licitados.

4.2.2 - Somente poderão participar da visita e receber o atestado, profissional vinculado à empresa licitante, mediante comprovação de vínculo empregatício através de cópia autenticada da CTPS ou



Contrato de Trabalho.

4.2.3 - A visita técnica será feita com o acompanhamento de servidor da SEMOB - PMA designado para essa finalidade, que atestará a visita para as empresas que comparecerem no dia **19/09/2012 às 14:00 horas ou dia 20/09/2012 às 14:00 horas**. A visita deverá ser agendada junto à Secretaria Municipal de Obras no telefone (27) 3256-6016 ou na própria Secretaria de segunda a sexta-feira das 12:00 às 17:00, na avenida Morobá nº 20, bairro Morobá, Aracruz-ES, com antecedência mínima de 2(dois) dias da data da visita.

4.3 - DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

4.3.1 - Nos termos dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006 e da Lei Municipal nº 3.063 de 13/12/2007, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

4.3.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa.

4.3.3 - A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem 4.3.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no [artigo 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#), sendo facultado à Administração convocar para nova sessão pública as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação.

4.3.4 - Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada e desde que a melhor oferta inicial não seja de uma microempresa ou empresa de pequeno porte.

4.3.5 - Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

4.3.5.1 - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

4.3.5.2 - não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem 4.3.4.1, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 4.3.3, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

4.3.5.3 - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontre no intervalo estabelecido no subitem 4.3.3, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

4.3.5.4 - Na hipótese da não-contratação nos termos previstos acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, em sessão pública, após verificação da documentação de habilitação.

4.3.5.5 - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo legal, sob pena de preclusão:

4.4 - As licitantes que invocarem a condição de microempresas ou empresas de pequeno porte para fins de exercício de quaisquer dos benefícios de que trata a LC 123/2006, deverão apresentar, no ato do credenciamento para comprovação de tal condição, a Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial ou Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou ainda o



Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício - DRE comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do Artigo 3º da LC 123/06.

4.5 - Os privilégios concedidos pela LC 123/2006 serão aplicados às cooperativas, nos termos do artigo 34 da Lei nº. 11.488/07.

4.6 - É facultada à Comissão de Licitação, em qualquer fase da licitação promover diligência destinada a esclarecer ou a completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentação ou informações que deveriam constar originalmente da proposta.

4.7 - Compete à licitante fazer um minucioso exame do Edital, projetos, planilhas, pois quaisquer esclarecimentos, dúvidas, modificações ou contestações, quanto às disposições deste Edital, deverão ser formuladas por escrito, em até 05 (cinco) dias úteis antes da data de encerramento do recebimento dos envelopes de documentação e proposta.

4.8 - Não serão levadas em consideração pelo Município de Aracruz, tanto na fase de habilitação e classificação, como na fase posterior à adjudicação dos serviços, quaisquer consultas, pleitos, reclamações ou impugnações que não tenham sido formuladas por escrito e devidamente protocoladas, ou transcritas em ata. Em hipótese alguma serão aceitos entendimentos verbais entre as partes.

4.9 - A Contratada será responsável pela execução dos serviços pelo preço proposto e aceito pelo Município de Aracruz.

4.10 - As empresas participantes deverão ter pleno conhecimento dos elementos constantes desta licitação, notadamente das condições gerais e particulares de seu objeto, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo da formulação da proposta e do integral cumprimento do Contrato.

5. PRAZO E VALOR DA CONTRATAÇÃO

5.1 - O prazo estimado para a execução da obra fica fixado em **180 (cento e oitenta) dias**, contado a partir da data da emissão da Ordem de Serviço pelo Contratante, podendo ser prorrogado a critério da Administração, excluindo-se o dia do início e incluindo-se o do vencimento. Somente se iniciam ou vencem os prazos estabelecidos em dia de expediente no órgão Contratante.

5.2 - Os prazos de início de execução, de conclusão e de entrega da obra, admitem prorrogações, mantidas as demais cláusulas do Contrato, assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos motivos enumerados no Art. 57, § 1º da Lei 8.666/93.

5.3 - O **valor máximo** orçado pela Administração para a execução da obra acima mencionada é de **R\$ 204.856,96 (duzentos e quatro mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e noventa e seis centavos)**.

5.3.1 - O Município de Aracruz pagará à Contratada pela execução da obra, os preços estabelecidos nas planilhas orçamentárias apresentadas pela vencedora desta Tomada de Preços e seu regime de contratação será de **empreitada por preço unitário, cujo o critério de julgamento é menor preço global**.

6. DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA

6.1 - Todos os documentos e elementos da documentação de habilitação e das propostas, contidos nos envelopes - A "Documentação para Habilitação" e "B - "Proposta de Preços" que forem apresentados, datilografados, ou impressos em qualquer meio de edição eletrônica de texto, deverão estar perfeitamente legíveis, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datados e assinados e as cópias deverão estar autenticadas em cartório.



6.2 - DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO - "ENVELOPE A":

6.2.1 - Os documentos relativos à habilitação deverão ser apresentados **em uma só via**, em original ou cópia reprográfica autenticada em Cartório, ou publicação em órgão da imprensa oficial, **devidamente numerados e rubricados por seu representante legal**, na ordem seguinte:

6.2.1.1 - Habilitação Jurídica

- a) Prova de inscrição no cadastro do Município de Aracruz com objeto social compatível com os serviços licitados;
- b) Ficha de identificação da licitante conforme formulário próprio, anexo deste Edital;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais. No caso de alterações será admitido o Estatuto ou o Contrato Social consolidado e aditivos posteriores, se houver. Para as sociedades por ações, deverão ser apresentados os documentos de eleição de seus administradores e, no caso de sociedades civis, da diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e o ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e) Documento Oficial de Identificação com foto dos proprietários, sócios ou gerentes, diretores e procuradores, conforme o caso.
- f) Declaração de Inexistência de fato superveniente impeditivo à participação na licitação, em papel timbrado da empresa, assinada por seu representante legal;
- g) As empresas licitantes deverão apresentar declaração de aceitação de todas as condições deste edital.

6.2.1.2 - Regularidade Fiscal e Trabalhista

- a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (**Cartão CNPJ**), atualizada;
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual (com situação ativa) ou Municipal (**Alvará de Funcionamento**), relativo ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame.
- c) Certidão de Regularidade perante o **INSS** - Instituto Nacional de Seguridade Nacional, com validade na data de realização da Licitação;
 - c.1) A regularidade perante o INSS será comprovada por meio de Certidão Negativa de Débito emitida pelo próprio INSS ou pela RECEITA FEDERAL DO BRASIL.
- d) Certidão de Regularidade de Situação - CRS - perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - **FGTS**, expedida pela Caixa Econômica Federal, com validade na data de realização da Licitação;
- e) Certidões de Regularidade de situação quanto aos encargos tributários federais (certidões emitidas pela **Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e pela Secretaria da Receita Federal**) com validade na data de realização da Licitação;
 - e.1) A regularidade perante a Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional poderá também ser comprovada por Certidão Conjunta, conforme Portaria Conjunta



PGFN/RFB nº 2, de 31 de agosto de 2005.

- f) Certidão Negativa de Débito para com a **Fazenda Estadual** da sede da licitante e da sua filial no Estado do Espírito Santo, quando houver, com validade na data de realização da Licitação;
- g) Certidão de Regularidade com a **Fazenda Pública do Município sede da empresa e com o Município de Aracruz**, com validade na data de abertura da licitação;
- h) Prova de inexistência de débito perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da **certidão negativa expedida pela Justiça do Trabalho**, de acordo com a Lei Federal 12.440/2011.

6.2.1.3 - Qualificação Técnica

a) Atestado(s) emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado acompanhado(s) da(s) respectiva(s) certidão(ões) de acervo técnico (CAT), do (s) profissional (s) de nível superior, responsável técnico da empresa que comprove que o aludido profissional foi responsável tecnicamente pela execução de obra (s) compatível (is) em características, quantidade (s) e prazo (s) com o objeto desta licitação, limitadas essas exclusivamente às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo. O (s) responsável (is) técnico (s) supramencionado (s) deverá (ão) estar devidamente registrado (s) como tal (is) no CREA ou CAU, até a data do protocolo'.

Para fins desta licitação considerar-se-ão como parcelas de maior relevância as especificadas a seguir, conforme disciplina o artigo 30, § 2º da Lei Federal nº 8.666/93, necessários para cada um dos atestados:

1 - Forro fixado em estrutura metálica.

b) Indicação das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos (conforme disposto no art. 30, inciso II da Lei n.º 8.666/93);

c) Comprovante de registro e quitação **da empresa no Conselho Regional competente**, podendo ser CREA - Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura ou CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo, sendo inválida a certidão que não apresentar rigorosamente a situação atualizada.

d) Comprovante de registro e quitação do **responsável técnico** da empresa no **Conselho Regional competente**, podendo ser CREA - Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura ou CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo. Será inválida a certidão que não apresentar a situação atualizada;

e) Carteira de Trabalho (CTPS) do(s) profissional(is) (engenheiro/arquiteto) responsável(is) técnico(s), comprovando o vínculo empregatício. Quando se tratar de contrato a comprovação do vínculo deverá ser feita através de cópia autenticada do contrato de prestação de serviços, devendo o nome do profissional constar na Certidão de Registro e Quitação da empresa junto ao CREA ou CAU;

f) **Atestado de Visita Técnica** ao(s) local(is) onde será(ã)o executada(s) a(s) obra(s), fornecido pela Secretaria Municipal de Obras por ocasião da visita, conforme modelo que faz parte integrante do Edital - Anexo V;

g) Declaração da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso V, do art. 27 da Lei 8666/93.

6.2.1.4 - Qualificação Financeira

a) Certidão negativa de falência e recuperação judicial expedida pelo cartório distribuidor da sede da licitante. Não constando no documento o prazo de validade, será considerada emitida até 30 (trinta)



dias imediatamente anteriores à data de sua apresentação.

b) Prova de possuir capital social, não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da obra ou ainda a comprovação prevista no art. 31, parágrafo 3º da Lei 8.666/93, com a atualização através de índice oficial para a data de abertura das propostas.

c) Balanço Patrimonial, inclusive com os demonstrativos contábeis, correspondentes ao último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, vedado à apresentação de balancetes ou balanços provisórios.

c-1) O Balanço das licitantes constituídas sob a forma de Sociedade por Ações deverá ser apresentado em publicação no Diário Oficial.

c-2) As demais empresas deverão apresentar o Balanço autenticado, certificado por Contador inscrito no Conselho Regional de Contabilidade Competente, no qual estejam mencionados expressamente, o termo de abertura e encerramento, o número das folhas do "Livro Diário" em que o Balanço se acha regularmente transcrito.

c-3) A licitantes com menos de 1 (um) ano de existência apresentarão Balancete do mês anterior ao da realização da licitação, autenticado por profissional credenciado na forma exigida na aliena c-2;

d) CAPACIDADE FINANCEIRA: Através do balanço serão calculados os seguintes parâmetros:

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE E GERAL (ILG)

ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL

O Índice de Liquidez Geral é o resultado final do exame da Capacidade Financeira apurada em balanço, segundo a fórmula abaixo, pela qual é conhecida a responsabilidade de solução dos compromissos da licitante.

$$\text{ILG} = \frac{\text{AC} + \text{RLP}}{\text{PC} + \text{ELP}}$$

em que:

AC - Ativo Circulante

RLP - Realizável a Longo Prazo

PC - Passivo Circulante

ELP - Exigível a Longo Prazo

d-1) O índice de Liquidez Geral (ILG) inferior a 1,00 (um inteiro), inabilita a licitante.

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

O Índice de Liquidez Corrente (ILC) mostra a capacidade de pagamento a curto prazo e será calculada através da seguinte fórmula:

$$\text{ILC} = \frac{\text{AC}}{\text{PC}}$$

Onde:

AC - Ativo circulante



PC - Passivo circulante

d-2) O ILC (Índice de Liquidez Corrente) inferior a 1,00 (um inteiro) inabilita a licitante.

6.3. OBSERVAÇÃO

a) O Demonstrativo da Capacidade Financeira **poderá** ser preenchido pela licitante, competindo a CPL proceder à conferência dos elementos dele constantes.

b) A documentação apresentada será anexada ao processo e, **caso seja cópia, esta deverá estar autenticada em cartório**, não se aceitando autenticação no momento da abertura.

c) Caso as certidões expedidas pelas fazendas estadual e municipal não tragam consignados os respectivos prazos de validade, a Comissão Permanente de Licitação considerará como máximos os prazos vigentes no Estado do Espírito Santo 90 (noventa) dias e no Município de Aracruz 60 (sessenta) dias.

d) Para efeito de apresentação dos documentos e certidões acima mencionados não serão aceitos quaisquer protocolos.

e) A CPL se reserva ao direito de proceder buscas e extrair certidões para averiguar a veracidade das informações constantes nos documentos apresentados, caso julgue necessário, estando sujeita à inabilitação, a licitante que apresentar documentos em desacordo com as informações obtidas pela comissão, além de incorrer nas sanções previstas neste edital.

f) A aceitação dos dados via "internet", conforme o caso, ficará condicionada à confirmação de sua validade pela Comissão Permanente de Licitação.

g) Solicita-se às licitantes que apresentem sua documentação na ordem disposta no presente edital.

h) A falta e/ou falhas formais na apresentação da Ficha de identificação da licitante, não darão causa à inabilitação da empresa, posto tratar-se de peça meramente informativa;

6.4 - PROPOSTA DE PREÇOS - "ENVELOPE B"

6.4.1 - O conteúdo do envelope de proposta de preços deverá constar de proposta elaborada em conformidade com as condições indicadas neste Edital, com todas as suas folhas numeradas e rubricadas, ser apresentada datilografada ou impressa por qualquer meio de edição eletrônica de textos, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, em papel timbrado da licitante, montados em conjuntos distintos, **devidamente assinada e rubricada pelo profissional que a subscrever, com menção explícita do título do profissional e do número da carteira (art. 14 da Lei nº 5.194, de 24/12/1966)**, contendo:

a) **Carta resumo da proposta de preços**, conforme modelo constante do anexo II;

b) **Preços unitários**, de acordo com a planilha de custos fornecida pelo Município de Aracruz;

c) **Valor global** dos serviços a serem executados;

d) **Composição analítica dos preços unitários dos serviços** conforme modelo constante do anexo IV;

e) **Prazo de validade da proposta** de 60 (sessenta) dias;

f) **Declaração de que a empresa aceita as condições deste Edital** e que, caso seja vencedora da licitação, executará a(s) obra(s), pelos preços unitários propostos e aceitos pelo Contratante. A



empresa deverá ainda **declarar que no preço apresentado**, referente ao mês da entrega dos envelopes, estarão compreendidos todos os custos dos materiais, mão-de-obra, transporte, carga e descarga, enfim, todos os elementos que garantam a execução da obra dentro das exigências das normas, especificações e detalhes, todos os encargos previdenciários e sociais, seguros, tributos, lucros, remunerações e quaisquer outros encargos que incidam sobre os serviços a serem realizados;

g) **Cronograma físico-financeiro** para a execução da obra.

6.4.1.2 - Em complementação ao item 6.4.1, ainda para a verificação da exequibilidade do objeto desta licitação, de acordo com o artigo 48 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, deverão também ser utilizados os seguintes critérios de aceitabilidade dos preços apresentados:

a) **Composição analítica detalhada dos preços unitários** (conforme modelo constante do anexo IV), apresentados na proposta que tiverem seus valores situados no preço unitário estimado na planilha fornecida pela Prefeitura, em anexo, devendo ser perfeitamente expressos os coeficientes de utilização dos insumos, não se aceitando dentro das composições valores tipo percentagem de item e valores gerais tipo verba ou similares, devendo portanto, serem enfocados os materiais, a mão de obra, os equipamentos e outros insumos, detalhadamente, que integrarão o serviço, assim como todo o sistema de transporte e logística necessário;

b) **Cronograma físico-financeiro** demonstrando a evolução física da obra em percentuais por período e acumulado, a evolução financeira compatível com a física, bem como os percentuais de desembolsos mensais e acumulados, sob pena de desclassificação.

Obs.: A composição analítica de preços unitários que for apresentada em desacordo com o estabelecido no item 6.4.1.2, alínea "a" levará à desclassificação da proposta.

7. APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

7.1 - O recebimento dos envelopes de "Documentação de Habilitação" - Envelope A" e "Proposta de Preços" - Envelope B" dar-se-á no local, data e horário constantes no preâmbulo deste edital em envelope fechado e rubricado, contendo na parte externa a razão social da proponente, e ainda a seguinte indicação:

ENVELOPE - A HABILITAÇÃO

À

Prefeitura Municipal de Aracruz
Comissão Permanente de Licitação
Ref. Tomada de Preços nº 27/2012

Data do Protocolo: até 26/09/2012 Hora: até 17:30 horas

Data da Abertura: 27/09/2012 às 08:30 horas

Razão Social e endereço completo da Licitante

ENVELOPE - B PROPOSTA DE PREÇOS

À

Prefeitura Municipal de Aracruz
Comissão Permanente de Licitação
Ref. Tomada de Preços nº 27/2012

Data do Protocolo: até 26/09/2012 Hora: até 17:30 horas

Data da Abertura: 27/09/2012 às 08:30 horas

Razão Social e endereço completo da Licitante

8. DA ABERTURA DOS ENVELOPES



8.1 - No local, dia e hora estabelecidos neste edital, a CPL instalará reunião para abertura dos envelopes contendo a documentação e as propostas, obedecendo a seguinte sequência:

8.1.1 - O presidente da CPL receberá os envelopes lacrados, contendo os documentos para habilitação e a Proposta de Preços;

8.1.2 - Identificação dos representantes legais das empresas com a apresentação das devidas Carteiras de Identidades e Cartas Credenciais, quando for o caso;

8.1.3 - Abertos os "ENVELOPES HABILITAÇÃO", o seu conteúdo, após rubricado pela Comissão, será oferecido à rubrica por parte dos representantes das empresas participantes da licitação;

8.1.4 - A CPL verificará a documentação apresentada e a licitante que não atender às exigências estabelecidas no Edital será devolvido fechado, o envelope "PROPOSTA COMERCIAL", desde que não haja recurso ou após a denegação deste;

8.1.5 - Havendo inabilitação de alguma Proponente, serão consideradas 02 (duas) situações:

1ª - A proponente não pretende recorrer da decisão da comissão de Licitação, caso em que, ser-lhe-á devolvido, fechado e contra recibo, o envelope e registrada em ata a sua renúncia ao recurso.

2ª - A proponente dispõe a apresentar recurso:

Neste caso, a Comissão suspenderá a reunião retendo os envelopes "Proposta de Preços", que deverão ser rubricados pela Comissão Permanente de Licitação, dispondo a proponente de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da ciência da inabilitação, para encaminhamento do seu recurso, marcando-se nova data para a abertura dos Envelopes.

8.1.6 - Caso haja impugnação de alguma decisão da Comissão, a sessão será suspensa pelo prazo de 05 (cinco) dias, com vistas a dirimir as dúvidas surgidas e/ou, se for o caso para interposição de recursos;

8.1.7 - Esgotados os procedimentos recursais e persistindo a inabilitação a licitante inabilitada terá sua respectiva proposta de preços "ENVELOPE PROPOSTA DE PREÇOS" devolvida, envelope fechado, contra recibo;

8.1.8 - Estando todas as licitantes presentes e não havendo interposição de recursos pelas mesmas a reunião de abertura dos envelopes "PROPOSTA DE PREÇOS", poderá ser realizada no mesmo dia, hora e local da reunião devendo na oportunidade serem rubricados por todos os presentes os envelopes fechados;

8.1.9 - Verificação de autenticidade dos envelopes (apenas no caso de suspensão da reunião);

8.1.10 - Abertura dos envelopes "PROPOSTA DE PREÇOS", oportunidade em que os membros da CPL e os representantes legais das proponentes rubricarão todos os documentos neles contidos.

8.2 - Das reuniões de verificação de documentação e de propostas serão lavradas atas circunstanciadas, que mencionarão todas as propostas, com a transcrição dos respectivos preços totais, registradas as reclamações e impugnações feitas e as demais ocorrências que interessarem ao julgamento da licitação. As atas serão assinadas pelos membros da comissão e, facultativamente, pelos representantes das proponentes.

9. AVALIAÇÃO, JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS.

9.1 - O critério a ser utilizado na avaliação e julgamento das propostas de preços consideradas habilitadas, será o adiante descrito:



9.2 - A análise de julgamento das propostas de preços será realizada em duas fases:

a) FASE ELIMINATÓRIA:

Serão desclassificadas as propostas que:

a.1 - Estiverem incompletas, isto é, não contiverem informações suficientemente claras de forma a permitir a perfeita identificação quantitativa da obra licitada;

a.2 - Contiverem qualquer limitação ou condição divergente do presente Edital de Tomada de Preços;

a.3 - Apresentarem a composição analítica de preços unitários e/ou demais anexos, reprovados pela análise técnica da PMA-ES. Composição analítica com valores tipo porcentagem de item e valores gerais tipo verba ou similares, sem observância fiel ao item 6.4.1.2, alínea "a" levará à desclassificação da proposta.

a.4 - Apresentarem preços unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de insumos ou salários do mercado, acrescido dos respectivos encargos, salvo a exceção prevista no parágrafo 3º do art. 44 da Lei 8666/93, com redação da Lei 8.883 de 08/06/94;

a.5 - Contiverem preços unitários e/ou global manifestamente inexequíveis cujos custos dos insumos não sejam coerentes com os de mercado;

a.6 - Contiverem valores unitários acima dos valores orçados pela Prefeitura Municipal de Aracruz;

a.7 - Nos casos em que a CPL constate a existência de erros numéricos nas propostas, serão procedidas as correções necessárias para apuração dos preços globais obedecida a seguinte disposição:

a - Havendo divergência entre o valor global registrado sob forma numérica e o valor apresentado por extenso, prevalecerá este último;

b - Havendo divergência nos subtotais provenientes dos produtos de quantitativos por preço unitário, a CPL procederá à correção dos subtotais, mantidos os quantitativos e os preços unitários das propostas.

c - Se a proponente não aceitar a correção do erro, sua proposta será rejeitada;

a.7.1 - Em se tratando da existência de erros formais na elaboração do cronograma físico financeiro e da composição de custos unitários, será observado o seguinte:

a) Serão corrigidos automaticamente pela CPL pequenos erros de soma e/ou multiplicação;

b) Equívoco na digitação de datas, prazos e/ou outra informação em que se constatar tratar-se de duplicação, poderá ser suprido pelos dados constantes nos documentos onde conste a referida informação;

c) A falta do CNPJ, e/ou endereço completo poderá também ser preenchida pelos dados constantes dos documentos apresentados na "Habilitação".

b) FASE FINAL DE CLASSIFICAÇÃO

b.1 - **Será considerada vencedora**, a proponente habilitada que satisfaça as exigências da fase eliminatória deste Edital e que tenha apresentado **a proposta de menor valor global**.

b.2 - Em caso de empate entre duas ou mais propostas, após obedecido o disposto no § 2º do art.

Edital de Tomada de Preços nº 27/2012 - Reforma do Terminal Rodoviário – Proc.9882/2012



3º da Lei 8666/93, o desempate será conforme previsto no parágrafo 2º do art. 45 da Lei 8666/93.

- c) Será declarada vencedora a licitante que ofertar o **menor preço global**, observadas ainda as condições do item seguinte.

c.1 - Se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 10% (dez por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

c.2 - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para em 24 (vinte e quatro) horas apresentar nova **proposta inferior àquela considerada vencedora do certame**, e caso o faça será adjudicado em seu favor o objeto desta licitação. A CPL dará ciência a todos os interessados do valor da nova proposta a ser adjudicada à licitante vencedora do certame.

c.2.1 - Se as propostas forem julgadas no mesmo dia de sua abertura, e estando presente a licitante que faz jus ao exercício do direito de preferência, deverá apresentar nova proposta em um prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

c.2.2 - Se as propostas forem julgadas no mesmo dia de sua abertura, e não estiver presente a licitante que faz jus ao exercício do direito de preferência, deverá a Administração intimá-la, dando-lhe ciência da configuração do empate e do benefício que possui, convocando-a para apresentar nova proposta em um prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

c.3 - Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte na forma do subitem anterior, serão convocadas as licitantes remanescentes que porventura também se enquadrem na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, observada a ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

c.4 - A comissão deverá solicitar documentos que comprovem o enquadramento da licitante na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme regras estabelecidas no neste edital.

9.3 - O Município de Aracruz poderá desclassificar licitantes até à assinatura do contrato por despacho fundamentado, sem direito à indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se tiver conhecimento de fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento da licitação que desabone sua idoneidade ou capacidade financeira, técnica ou administrativa.

9.4 - Antes da divulgação do julgamento da proposta vencedora, a Comissão de Licitação, se julgar necessário, solicitará à Secretaria Municipal de Obras parecer sobre a validade dos preços unitários ofertados.

9.5 - Após a fase de habilitação, não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão, conforme artigo 43, § 6º da Lei nº 8.666/93.

10. DOS RECURSOS E DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

10.1 - Dos atos da administração referente a esta licitação cabem os recursos previstos na **Lei 8.666/93 e suas alterações**, especialmente o disposto no seu art. 109.

10.2 - Recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou lavratura da ata, nos casos de:

10.2.1 - Habilitação ou inabilitação da licitante;

10.2.2 - Julgamento das Propostas;



10.2.3 - Anulação ou Revogação da Licitação;

10.2.4 - Indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

10.2.5 - Rescisão do contrato, a que se refere **inciso I do artigo 79, da Lei 8.666/93**;

10.2.6 - Aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa.

10.3 - Representação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

10.4 - Pedido de reconsideração, ao Prefeito Municipal, no caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Pública, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato.

10.5 - O recurso previsto nos **itens 10.2.1 e 10.2.2** terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto, eficácia suspensiva aos demais recursos.

10.6 - Interposto, o recurso será comunicado as demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

10.7 - Os recursos deverão observar os seguintes critérios:

10.7.1 - Serem dirigidos à Comissão Permanente de Licitação, digitados e devidamente fundamentados e se for o caso, acompanhado de documentação pertinente;

10.7.2 - Serem devidamente instruídos com o contrato social e a qualificação da empresa recorrente e de seu representante legal;

10.7.3 - Serem assinados por representantes legais da licitante ou procurador com poderes específicos, hipótese em que deverá ser anexado o instrumento procuratório;

10.7.4 - Serem apresentados no protocolo da Prefeitura Municipal de Aracruz, sito na Rua Padre Luiz Parenzi, n.º 710 - Centro - Sede, Aracruz - ES, no prazo legal, caso contrário não serão considerados.

10.8 - A Comissão Permanente de Licitação - CPL - poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

10.9 - Decairá o direito de impugnar os termos do presente Edital perante a Administração, a licitante que, tendo os aceito sem objeção, venha apontar depois do julgamento, faltas ou irregularidades que o viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

10.10 - Estará sempre ressalvado ao Município de Aracruz, antes de concretizar a contratação, o direito de revogar a licitação por interesse público ou conveniência administrativa, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, do que dará ciência aos interessados.

11 - ADJUDICAÇÃO E CONTRATAÇÃO

11.1 - Após a homologação do resultado da licitação pelo Município de Aracruz, a adjudicação da obra objeto desta licitação se efetivará através de contrato a ser firmado com a empresa vencedora, de acordo com a minuta do contrato constante do edital, que define os direitos e obrigações do Município e da Contratada, independentemente de transcrição.

11.2 - A empresa vencedora será convocada pelo Município de Aracruz, por escrito, para assinatura do respectivo contrato no prazo de 05 (cinco) dias corridos a partir da data da convocação. Se esta não



aceitar assinar o instrumento contratual no prazo estabelecido, o Município poderá convocar na ordem de igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, ou revogar a licitação independentemente das sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei 8666/93, consolidada.

11.3 - Na assinatura do contrato, a Contratada se obriga a apresentar o comprovante da caução de garantia de execução do contrato, sendo o valor da caução de garantia de 2% (dois por cento), sobre o valor contratual.

11.4 - Na hipótese da vencedora da licitação ter seu Registro no CREA ou CAU de outro Estado, deverá apresentar no ato da assinatura do CONTRATO o "VISTO" do seu Registro no CREA-ES ou CAU-ES.

11.5 - Para a assinatura da Ordem de serviço a empresa contratada deverá:

11.5.1 - Fornecer o cronograma físico-financeiro de obras no padrão da Secretaria Municipal de Obras que norteará a liberação das medições, mediante o cumprimento do percentual de serviços acumulado para o mês vigente. Caso isto não ocorra, a mesma ficará retida até que a contratada atinja a meta estabelecida para o mês corrente;

11.5.2 - Apresentar ART referente à execução da Obra;

12. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

12.1. A Contratada obrigará-se a desenvolver os serviços objeto deste Edital sempre em regime de atendimento à fiscalização, dispondo esta de amplos poderes para atuar no sentido do fiel cumprimento do contrato.

12.2. O representante da Administração Municipal anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. As decisões e providências que ultrapassem o limite de competência da fiscalização deverão ser solicitadas aos seus superiores para a adoção das medidas cabíveis.

12.3 - A Contratada obrigará-se a manter no local da realização da obra o seu responsável técnico, ou fazer-se representar por profissional devidamente habilitado junto ao Conselho da categoria, para dar execução ao Contrato.

12.4. O Município de Aracruz poderá exigir a substituição de empregados da Contratada, no interesse do cumprimento do contrato, cabendo o ônus à Contratada.

12.5. A Contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, construir, ou substituir, em até 10 (dez) dias, às suas expensas no total ou em parte o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução das obras ou de materiais empregados.

12.6. Cabe à Contratada, permitir e facilitar à fiscalização a inspeção ao local da obra, em qualquer dia e hora, devendo prestar todos os informes e esclarecimentos solicitados.

12.7. A Contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade, o fato de ser fiscalizada pelo Contratante.

12.8. Ao término das obras, a Secretaria Municipal de Obras emitirá o Termo de Recebimento Provisório, com prazo de 90 (noventa) dias a contar da data da emissão do mesmo. O Termo de Recebimento Definitivo será emitido ao final do prazo acima, desde que não sejam constatadas ocorrências de ordem técnicas ou construtivas da obra. Caso ocorram será de total responsabilidade da empresa contratada executar os serviços de reparos. Após a emissão do Termo Definitivo, a responsabilidade civil por parte da empresa Contratada seguirá a legislação vigente.



12.9. A Contratada não poderá, em nenhuma hipótese, iniciar as obras sem a devida liberação da Secretaria Municipal de Obras, através da emissão da Ordem de Serviços e liberação da Seção de Fiscalização de Obras, no local da mesma. Qualquer ação por parte da empresa, que implique em desobediência a esta recomendação, será de total responsabilidade da mesma, não cabendo a Municipalidade nenhum ônus.

12.10. A empresa deverá ao final da obra, apresentar o termo de obra concluída, o "as built" quando solicitado pelo Município, por meio eletrônico em programa autocad, através de cd identificado com o nome da empresa e da obra, número de contrato, e uma via impressa e assinada pelo representante técnico da construtora e a ART de execução, todas encadernadas e com capa de identificação da obra, número de contrato, empresa executora, logomarca do Município e da empresa, devidamente assinados e com data, sendo esta, uma condicionante para a liberação da última parcela;

12.11. Os resíduos sólidos provenientes da execução da obra deverão receber tratamento e destinação corretas. A empresa deverá emitir documento que comprove a destinação final dos resíduos sólidos, a ser anexados aos demais documentos do item 12.10.

12.12. A liberação das parcelas mensais só será efetuada se a Contratada atingir o percentual mensal indicado no cronograma físico financeiro fornecido pela mesma por ocasião do certame, portanto, caso não atinja este percentual, a medição só será liberada no mês seguinte, e assim sucessivamente, ou a critério do fiscal da obra, mediante a comprovação de uma casualidade ocorrida. Desta forma, fica a empresa ciente da necessidade de cumprir o cronograma fornecido para liberação das parcelas mensais.

12.13. Os valores correspondentes a aquisição, carga, transporte e descarga dos materiais, custo de mão de obra e de equipamentos, quando não explicitados, estão incluídos nos preços unitários.

12.14. A Contratada será responsável por apresentar ensaios de compactação e resistência à compressão, devendo na retirada do material estar presente o fiscal de obras do Município.

13. RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

13.1 - Colocar em local do canteiro de obras, placas indicativas de fácil visualização, conforme modelo fornecido pelo Contratante com as referências necessárias à divulgação do empreendimento e cumprimento da legislação.

13.2 - A Contratada assumirá total responsabilidade por danos causados ao Município de Aracruz ou a terceiros, decorrentes da execução das obras/serviços, isentando o Contratante de todas as reclamações que possam surgir, sejam elas resultantes de atos de seus prepostos ou de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas empregadas ou ajustadas na execução das obras.

13.3 - A eventual aceitação da obra/serviços por parte do Contratante não eximirá a Contratada da responsabilidade de quaisquer erros, imperfeições ou vícios que eventualmente venham a se verificar posteriormente, circunstâncias em que as despesas de conserto ou modificação correrão por conta exclusiva da Contratada.

13.4 - A Contratada será responsável pela vigilância no local da execução das obras.

13.5 - Obriga-se a Contratada a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações com ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13.6 - A Contratada deverá utilizar para a execução dos serviços pessoal e ferramentas próprias.

13.7 - A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais ou comerciais resultantes da execução do Contrato.



13.7.1 - A inadimplência da Contratada em referência aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e/ou comerciais não transferem à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras.

14. FISCALIZAÇÃO

14.1 - A fiscalização da execução das obras será feita pelo Contratante nos locais, através de seus representantes, de forma a fazer cumprir, rigorosamente, os projetos, os prazos e condições do Edital, a proposta e as disposições deste contrato.

14.2 - Fica a Contratada obrigada a permitir e facilitar, a qualquer tempo, a fiscalização dos serviços objeto do presente Contrato, facultando o livre acesso ao seu escritório, bem como aos depósitos, instalações, registros e documentos pertinentes com o negócio ora contratado, sem que essa fiscalização importe, a qualquer título, em responsabilidade por parte do Município de Aracruz.

14.3 - A fiscalização verificará o cumprimento das especificações e aplicações, bem como a quantidade, qualidade e aceitabilidade dos serviços.

14.4 - A fiscalização poderá a qualquer tempo, solicitar a substituição de elementos da equipe da Contratada, mediante justificativa, devendo o atendimento ser feito no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos.

14.5 - A fiscalização poderá sustar a execução de qualquer trabalho que esteja sendo feito em desacordo com disposto no CONTRATO.

14.6 - Fica acordado que a fiscalização não terá qualquer poder para eximir a Contratada de qualquer obrigação prevista neste instrumento.

15. FORMA DE PAGAMENTO

15.1 - O pagamento será efetuado em parcelas mensais, por serviços efetivamente realizados e aceitos, de acordo com as medições efetuadas pela fiscalização do Contratante.

15.2 - As medições das obras serão efetuadas pela fiscalização sempre no último dia útil do mês. Será observado o prazo de 10 (dez) dias, contados da data de encerramento de cada etapa de execução do Contrato (último dia útil do mês), para verificação, conferência e liberação da medição.

15.2.1 - As medições da obra ficam condicionadas a manutenção do Relatório Diário de Obras, presente no canteiro de obras, atualizado e assinado pelo representante da empresa e pelo Fiscal de obras do Contratante e serão verificados mensalmente:

- a - O uso do equipamento de proteção individual adequado;
- b - Uso de uniforme;
- c - Presença em tempo integral do responsável técnico ou seu preposto conforme contrato.

15.3 - Os pagamentos dos serviços realizados serão efetuados em no máximo 30 (trinta) dias, a contar da liberação da medição resultante da execução da etapa da obra.

15.4 - Os pagamentos só serão efetuados mediante apresentação dos seguintes documentos:

- a) Nota Fiscal dos Serviços;
- b) Certidão Negativa de Débito junto à Fazenda Pública Municipal (atualizada) - todas as faturas;
- c) Anotação de Responsabilidade Técnica (CREA/ES ou CAU/ES) - 1ª Fatura;
- d) Matrícula da obra junto ao INSS - 1ª Fatura;
- e) Prova da caução de garantia de execução do contrato - 1º Fatura
- f) Prova de recolhimento junto ao INSS e FGTS referente aos serviços cobrados - todas as faturas;



- g) Prova de pagamento de pessoal referente aos serviços cobrados - todas as faturas;
- h) Certidão Negativa de Débito do INSS - todas as faturas;
- i) Certificado de Conclusão e Termo de Recebimento Provisório - última fatura, que deverá ser requerido pela Contratada ao Contratante, sendo o mesmo fornecido no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data da solicitação.

15.4.1. O pagamento da última parcela de medição fica condicionada a conclusão das obras e cumprimento do item 12.10 e 12.11.

15.5 - É vedada a antecipação de pagamentos sem a contraprestação dos serviços.

15.6 - O pagamento das medições será de acordo com o cumprimento do cronograma físico-financeiro;

16. REAJUSTAMENTO

16.1 - Os preços propostos pela Contratada poderão ser reajustados, após o transcurso de prazo de 01 (um) ano, de acordo com os preceitos da Lei n.º 8.880, de 27 de Maio de 1994, através dos índices da **Fundação Getúlio Vargas**, ou outro índice indicado pelo Governo Federal, como segue:

$$R = V \times \left(\frac{I}{I_0} - 1 \right)$$

Onde:

R = Valor do Reajustamento Procurado;

V = Valor da obra ou serviços medidos a serem reajustados;

I₀ = Índice Nacional de Custos da Construção, relativo ao mês anterior à formulação da proposta.

I = Idem ao I₀, porém relativo ao mês em que completar **periodicidade anual** em relação ao mês anterior à proposta.

16.2 - Os reajustamentos dos preços propostos estarão ainda sujeitos, a Leis Complementares, Medidas Provisórias e Decretos que venham regulamentar novos procedimentos em função das medidas econômicas de interesse do País.

17. MULTAS E PENALIDADES

17.1 - A recusa da Contratada em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido no subitem 11.2, caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-se as penalidades previstas no item 17.3, letras "a", "b" e "e".

17.2 - O atraso injustificado no cumprimento das cláusulas contratuais, sujeitará a Contratada à multa de mora, fixada neste Edital e no Contrato. A multa poderá ser descontada dos pagamentos ou cobrada judicialmente, quando for o caso.

17.3 - Pela inexecução total ou parcial do contrato o Contratante poderá aplicar as seguintes sanções, garantida prévia defesa.

- a) Advertência por escrito;
- b) Multa de mora de até 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia útil de atraso sobre o valor do contrato, até o período máximo de 30 (trinta) dias, se a obra não for iniciada na data prevista ou concluída nas diversas fases fixadas, sem justificativa aprovada pelo Contratante;
- c) Multa cominatória de até 10% (dez) por cento sobre o valor total do contrato, após esgotado o prazo fixado no subitem anterior;
- d) Suspensão temporária de participar em licitação, ou impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.



17.4 - As sanções previstas no subitem 17.3 poderão cumular-se e não excluem a possibilidade de rescisão administrativa do contrato, garantida a defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis nos casos das letras "a", "b", "c" e "d" e 10 (dez) dias corridos para a letra "e", a partir do recebimento da mesma.

17.5 - As sanções previstas no subitem 17.3 letra "d" e letra "e", poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em outras contratações com a Administração Pública de qualquer nível federativo, ou com autarquias, fundações, empresas públicas ou de sociedade de economia mista:

- a) Tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- b) Tenham demonstrado não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de outros atos ilícitos praticados.

17.6 - As multas previstas nesta cláusula deverão ser recolhidas ao Município dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da data da notificação para esse fim.

17.7 - As multas aqui referidas serão aplicadas após regular processo administrativo e serão exigíveis desde a data do ato, fato ou omissão que lhes tiver dado causa, podendo ser descontadas de créditos relativos ao contrato ou cobradas judicialmente.

18. RESCISÃO

18.1 - De acordo com o previsto na Cláusula Décima Segunda da Minuta de contrato.

19. SUBCONTRATAÇÃO

19.1 - De acordo com o previsto na Cláusula Décima Primeira da Minuta de contrato.

20. ALTERAÇÕES

20.1 - Quaisquer modificações ou alterações a serem introduzidas no Edital, terão divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, com a consequente reabertura do prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente a alteração não afetar a formulação das propostas.

20.2 - O Município de Aracruz se reserva o direito de anular ou revogar, total ou parcialmente, a presente licitação, fato que deverá estar devidamente comprovado nos autos, através de parecer do Setor Competente da Prefeitura Municipal.

20.3 - Caso as datas previstas para entrega e abertura das Propostas relativas à licitação sejam declaradas feriados ou ponto facultativo, aqueles eventos serão realizados no primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e hora previstos.

20.4 - Os casos omissos serão resolvidos pela CPL, à vista das disposições legais vigentes, aplicáveis ao assunto. Ao Município se reserva prerrogativas de reexame da matéria, a seu critério, desde que tal se justifique ou recomende.

20.5 - O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

20.5.1 - Unilateralmente pela Administração:

- a) Quando houver modificação das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;



b) Quando necessária a modificação do prazo ou do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, observados os limites legais estabelecidos nos §§ 1º e 2º do artigo 65 da Lei 8.666/93;

20.5.2 - Por acordo entre as partes:

a) Quando necessária a modificação do regime de execução da obra, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

b) Quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação da execução da obra.

21. SEGURANÇA DO TRABALHO

A licitante vencedora deverá:

21.1 - Assegurar o bom andamento dos trabalhos em consonância com as normas e padrões existentes sobre o assunto, incluindo treinamento de pessoal, recursos para prevenção de acidentes, procedimentos nos casos de acidentes, transporte de pessoal, arrumação e limpeza, formação de CIPA, observando as disposições constantes desta licitação.

21.2 - No desenvolvimento dos serviços observar as normas de segurança do trabalho, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer danos oriundos do descumprimento dessas obrigações.

21.3 - Além da organização da equipe de segurança, prever recursos para o socorro imediato e para a remoção de eventuais acidentados ao seu ambulatório e/ou hospital;

21.4 - Fornecer ao seu pessoal empregado na execução dos serviços, os Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

22. OUTRAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA:

22.1 - Cumprir os serviços com zelo, perfeição, higiene, eficiência e pontualidade.

22.2 - Fornecer toda mão-de-obra, nos níveis requeridos para realização dos serviços.

22.3 - Arcar com todas as despesas decorrentes da contratação, inclusive com os tributos e contribuições parafiscais incidentes.

22.4 - A Licitante vencedora será a única e exclusiva responsável pelos salários de seus empregados, bem como por todas as exigências das Legislações Trabalhista, Fiscal e de Previdência Social, não existindo de modo algum, entre seus empregados e o Município de Aracruz vínculo de qualquer natureza, correndo por conta da Licitante Vencedora, também todas as despesas com rescisão e indenizações, em função do contrato que vier a ser firmado.

22.5 - A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido pelo Edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades estabelecidas.

22.6 - A empresa deverá cumprir rigorosamente o prazo estabelecido no contrato de qualquer motivo de paralisação dos serviços deverá ser comunicado, por escrito, através de ofício encaminhado à Secretaria Municipal de Obras ou através de anotação no Diário de Obras, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.



22.7 - Cumprir fielmente todas as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, em especial no Termo de Referência, Memorial Descritivo e Planilha Orçamentária.

23. DISPOSIÇÕES GERAIS:

23.1 - As obras/serviços, objeto desta licitação, abrangem além do fornecimento de mão-de-obra necessária aos serviços, os seguintes encargos e obrigações:

23.2 - Fornecimento e manutenção de um diário de Obras, permanentemente disponível, para lançamentos a cargo da Contratada e da Fiscalização. Este documento será assinado pelo responsável da empresa e por representante da Seção de Fiscalização de Obras do Município de Aracruz.

23.3 - Anotação de responsabilidade técnica do contrato no CREA/ES ou CAU/ES;

23.4 - Instalação de placa indicativa dos responsáveis técnicos, e demais placas porventura exigidas;

23.5 - Entrega ao Contratante de todo material retirado ou substituído, considerado pela Fiscalização como aproveitável.

23.6 - A Contratada deverá cumprir o limite legal da jornada de trabalho, assim como respeitar todas as determinações contidas nas legislações trabalhistas e previdenciária.

23.7 - A Contratada deverá fornecer o transporte coletivo adequado ao pessoal empregado na execução dos serviços, sendo vedada a utilização de veículos do Município de Aracruz, bem como o transporte de pessoal em carroceria de caminhão.

23.8 - A Contratada deverá apresentar, no prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da Ordem de Serviços, o currículo do engenheiro residente indicado para a obra/serviços caso não seja o signatário da proposta, e desde que satisfaça as exigências contidas neste Edital.

23.9 - A Contratada não poderá repassar qualquer custo para seu empregado, que seja de transporte, alimentação, uniforme ou outros inerentes que vier a ser firmado.

23.10 - Esclarecimentos de dúvidas de caráter técnico-legal na interpretação dos termos deste Edital serão dirimidas mediante solicitação por escrito, endereçado ao Presidente da CPL do Município de Aracruz, no horário de 12:00 às 17:00 horas de segundas às sextas-feiras.

23.11 - Poderão ser convidados a colaborar com a Comissão de Licitação, assessorando-a quando necessário, profissionais de reconhecida competência técnica, não vinculada direta ou indiretamente a qualquer das licitantes, ligados ou não ao Município de Aracruz.

23.12 - Havendo necessidade de modificação do(s) projeto(s) ou da(s) especificação(ões) constante(s) da(s) planilha(s) integrante(s) do edital, poderá a Administração efetuar o replanejamento, tendo como base para efeito de cálculo de valores as tabelas do ITUFES, EMOP, PINI, SBC INFORMATIVO e DER, na forma preconizada pelo artigo 65, inciso I e alíneas ã e ð da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

23.14 - Estará sempre ressalvado ao Município de Aracruz, antes da assinatura do Contrato e em razão de fato superveniente devidamente comprovado, o direito de revogar ou anular esta Licitação, de acordo com o art. 49 da Lei n.º 8.666/93.

ARACRUZ - ES, 31 de Agosto de 2012.

João Paulo Lecco Pessotti
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Prefeitura Municipal de Aracruz



ANEXO I

MODELO CARTA CREDENCIAL DO REPRESENTANTE(S) NA LICITAÇÃO

PROPONENTE

LOCAL E DATA

AO
MUNICÍPIO DE ARACRUZ
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

REF: TOMADA DE PREÇOS Nº 27/2012

O abaixo assinado, na qualidade de responsável legal pela Empresa _____, vem pela presente, informar a V.S^a, que o (a) Sr. (a) _____, Carteira de Identidade nº _____ está autorizado a acompanhar a Tomada de Preços em epígrafe, podendo para tanto, impugnar, transigir, renunciar a recursos, requerer, assinar, enfim o que preciso for para o fiel cumprimento do presente credenciamento.

Atenciosamente,

Nome(s) e assinatura(s) do (s) responsável (eis) legal (ais) pela proponente



ANEXO II

MODELO - CARTA RESUMO DA PROPOSTA DE PREÇOS

AO
MUNICÍPIO DE ARACRUZ
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

REF: TOMADA DE PREÇOS Nº 27/2012

Prezados Senhores,

- 1) Pela presente, submetemos à apreciação de V.S^{as}., a nossa Proposta relativa a **TOMADA DE PREÇOS Nº 27/2012**, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação da mesma e declarando aceitar as condições prescritas nos documentos da licitação em epígrafe.
- 2) Nosso preço global para a execução dos serviços é de: R\$(.....) , conforme descrito em nossa planilha orçamentária de preços unitários;
- 3) O prazo estimado para execução da obra fica fixado em 180 (cento e oitenta) dias, contado a partir da data da emissão da ordem de serviços;
- 4) A validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias, a partir da data de sua apresentação.
- 5) Os pagamentos serão de acordo com medições mensais e realizados até o último dia do mês subsequente ao da prestação da obra, contado a partir da apresentação da fatura;
- 6) A Proposta de Preços apresenta orçamento conforme prevê o Edital de Licitação;
- 7) Declaramos que estamos de acordo e aceitamos todas as condições prescritas neste Edital e seus anexos;
- 8) Se detectada pela fiscalização do Município de Aracruz a necessidade de inclusão e/ou substituição de equipamentos e/ou pessoal necessário ao cumprimento do cronograma, o fato deverá ser registrado no livro diário de obras e a Empresa tem até 05 (cinco) dias para atender a solicitação, sob pena de pagamento de multa como previsto no item Penalidades;
- 9) Informamos que o (s) Sr. (s)..... é (são) nosso (s) representante (s) credenciado (s) a responder por nossa Empresa junto a V.S^a. em tudo que fizer necessário durante os trabalhos da Licitação.

Atenciosamente,

Nome(s) e assinatura(s) do (s) responsável (eis) legal (ais) pela proponente



ANEXO III

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

REF: TOMADA DE PREÇOS Nº 27/2012

RAZÃO SOCIAL:

ATOS CONSTITUTIVOS

DATA DA CONSTITUIÇÃO
ÓRGÃO EM QUE FOI REGISTRADA:
Nº DA ÚLTIMA ALTERAÇÃO SOCIAL:

DATA E NÚMERO DO REGISTRO:
DATA DA ÚLTIMA ALTERAÇÃO:
ÓRGÃO EM QUE FOI REGISTRADO

DIRETORES E PRINCIPAIS SÓCIOS

NOME	FORMAÇÃO PROFISSIONAL	CARGO/FUNÇÃO

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

NOME	FORMAÇÃO PROFISSIONAL	ÓRGÃO REG. PROFIS.	REGIÃO	NÚMERO REGISTRO

SEDE

NOME	CIDADE	ESTADO	FONE	NOME SUPERINTEN DENTE

FILIAIS

ENDEREÇO	CIDADE	ESTADO	FONE	NOME GERENTE

DATA:	NOME DO INFORMANTE:	ASSINATURA:
-------	---------------------	-------------



ANEXO IV

MODELO COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DO PREÇO UNITÁRIO

REF: TOMADA DE PREÇOS Nº 27/2012

Descrição do Serviço

Unid.

Composição n.º

Data:

1 - Mão-de-Obra	Unid.	Coef.	Preço Unit.	Total Parcial	Total A

Total A

2 - Materiais	Unid.	Coef.	Preço Unit.	Total Parcial	Total B

Total B

3 - Equipamentos	Unid.	Coef.	Preço Unit.	Total Parcial	Total C
3.1 -					
3.2 -					
3.3 -					
3.4 -					
3.5 -					

Total C

4 - Resumo Discriminação

Taxa

Valores

5 - Observação

Mão-de-Obra (total A)

Materiais (Total B)

Equipamentos (total C)

Encargos Sociais (Sobre total A) %

Subtotal

Eventuais (subtotal) %

Total

BDI (Sobre o Total)

Preço unitário
Adotado

Preço unitário calculado

A - Deverão ser apresentados composições dos serviços relacionados na planilha

B - Deverão ser apresentadas as composições detalhadas dos encargos e BDI em percentual.

Nos custos deverão estar incluídos transportes, materiais de segurança, alimentação, se for o caso, etc.

OBS. Esta Planilha é exemplificativa e não exaustiva, podendo, cada licitante, elaborar sua própria Planilha, desde que dela conste todos os custos considerados na composição de seu preço, observando-se o modelo proposto, de forma a padronizar a apresentação e o julgamento das propostas. Esta planilha deverá ser inserida no envelope B - "Proposta de Preço".



ANEXO V

ATESTADO DE VISITA TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, nos termos do EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº **27/2012**, que a empresa _____, CNPJ _____, através de seu representante legal, Sr. _____, compareceu ao local da execução dos serviços tomando ciência de todas as especificações do objeto desta licitação, não podendo alegar desconhecimento de quaisquer condições necessárias para a elaboração de sua proposta.

Aracruz/ES, ____ de _____ de 2012.

Assinatura do representante do Município



ANEXO VI

MODELO - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

AO
MUNICÍPIO DE ARACRUZ
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

REF: TOMADA DE PREÇOS Nº 27/2012

LOCAL E DATA

Prezados Senhores,

Em atendimento à determinação do Edital referenciado, em seu subitem 6.2.1.1 , letra "f", declaramos sob as penalidades cabíveis, que inexistente qualquer fato impeditivo para a habilitação de nossa empresa para apresentar proposta objeto desta licitação.

Declaramos ainda, que não houve qualquer alteração na qualidade técnica constante do Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Aracruz.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração para que produza seus efeitos de direito.

Nome(s) e assinatura(s) do (s) responsável (eis) legal (ais) pela proponente



ANEXO VII

TERMO DE REFERÊNCIA

Referente à RC nº 2452/2012

1. OBJETO

O presente Termo de Referência tem por escopo subsidiar os procedimentos licitatórios para contratação de empresa para reforma do Terminal Rodoviário - Secretaria de Administração - PMA - Aracruz/ES.

2. JUSTIFICATIVA

A reforma dos bens públicos, possuem o intuito de conservá-los, e que os mesmos continuem proporcionando aos usuários/moradores locais, o inicialmente almejado. Sendo assim, a realização da Reforma do Terminal Rodoviário, torna-se necessária para melhoria das instalações do referido imóvel, que vem a ser um importante ponto de acesso ao município, por parte dos munícipes/visitantes, proporcionando maior conforto para seus usuários.

3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Os serviços a serem contratados deverão atender as especificações técnicas deste Termo de Referência e os documentos anexos: Memorial Descritivo e Critérios de Medições, Memória de Cálculo, Planilha Orçamentária, Resumo de Orçamento de Custo de Construção e Projetos.

3.1. Visita Técnica

a) A empresa licitante deverá, obrigatoriamente, realizar visita técnica prévia ao local da obra onde os serviços serão executados, examinar os projetos, especificações e planilhas, tomando o conhecimento de todos os detalhes e peculiaridades que julgar convenientes, nos termos do inciso III, do artigo 30, da lei 8.666/93 e suas alterações, não podendo alegar, posteriormente, desconhecimento e/ou eventuais dificuldades de execução de qualquer parte dos serviços ora licitados.

b) Somente poderão participar da visita e receber o atestado profissional, vinculado à empresa licitante, mediante comprovação de vínculo empregatício através de cópia autenticada da CTPS ou Contrato de Trabalho.

c) A visita técnica será feita com o acompanhamento de servidor da SEMOB - PMA designado para essa finalidade, que atestará a visita para as empresas que comparecerem no dia **00/00/2012 às X:XX horas ou dia 00/00/2012 às X:XX horas**. A visita deverá ser agendada junto à Secretaria Municipal de Obras no telefone (27) 3256-6130 ou na própria Secretaria de segunda a sexta-feira, das 12:00 às 17:00 h, na Avenida Morobá, nº 20 - Bairro Morobá, Aracruz/ES, com antecedência mínima de 02 (dois) dias da data da visita.

d) A data será definida durante a elaboração do edital junto a Secretaria Municipal de Obras e Secretaria Municipal de Suprimentos.

3.2. Qualificação Técnica

3.2.1. Capacidade Técnico-profissional

Os Responsáveis Técnicos (RT's) pela execução dos serviços de Condições Específicas deste edital, deverão dispor de Certidão(ões) de Acervo Técnico expedida(s) pela entidade profissional competente, apensadas dos respectivos Atestado(s) Técnico(s), emitido(s) por pessoa(s) Jurídica(s) de direito



público ou privado e que comprove(m) a execução dos serviços de maior relevância técnica ou valores significativos compatíveis com objeto desta licitação em características semelhantes, quantidades e prazo que permitam o ajuizamento da capacidade de atendimento, pelo Licitante, aqui definidos como:

a) Engenheiro Civil:

Estrutura em madeira para telhas cerâmicas;

Instalações elétricas, telefonia e lógica.

4. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DA OBRA

4.1. A empresa licitante vencedora da Licitação não poderá, em nenhuma hipótese, iniciar a obra sem a devida liberação da Secretaria Municipal de Obras, através da emissão da Ordem de Serviços e liberação da Seção de Fiscalização de Obras, no local da mesma. Qualquer ação por parte da empresa, que implique em desobediência a esta recomendação, será de total responsabilidade da mesma, não cabendo a municipalidade nenhum ônus.

4.2. Para assinatura da Ordem de serviços a empresa deverá:

Fornecer o cronograma físico financeiro de obras;

AART (Anotação de responsabilidade técnica), referente à execução das obras;

4.3. Os valores correspondentes a aquisição, carga, transporte e descarga dos materiais, custo da mão de obra e de equipamentos, quando não explicitados, estão incluídos nos preços unitários.

4.4. As medições da obra ficam condicionadas a manutenção do Relatório Diário de Obras, presente no canteiro de obras, atualizado e assinado pelo representante da Empresa contratada e pelo Fiscal de obras da contratante e serão verificados mensalmente:

O uso do equipamento de proteção individual adequado;

Uniforme com o nome da empresa;

Presença do responsável técnico ou encarregado responsável em tempo integral, conforme contrato.

4.5. Os resíduos sólidos provenientes da execução da obra deverão receber tratamento e destinação correta.

4.6. A Empresa contratada será responsável por apresentar ensaios de resistência à compressão do concreto, devendo na retirada do material estar presente o fiscal de obras da contratante.

5. DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Código Reduzido: 804

Órgão: 14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Unidade: 1 - Secretaria Municipal de Obras

Projeto/Atividade: 1482 - **Construção, Ampliação e Reforma de Prédios Públicos e Equipamentos Sociais**

Elemento: 344905199000000 - Outras Obras e Instalações

Vínculo: 290400 - Royalties do petróleo

6. PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA E SERVIÇOS

6.1. O prazo para execução da obra está estimado em **180 (cento e oitenta)** dias a contar da data de emissão da Ordem de Serviços.



6.2. Ao término da Obra, a Secretaria Municipal de Obras emitirá o Termo de Recebimento Provisório, com prazo de 90 (noventa) dias a contar da data da emissão do mesmo. O Termo de Recebimento Definitivo será emitido ao final do prazo acima, desde que não sejam constatadas ocorrências de ordem técnicas ou construtivas da obra. Caso ocorram, será de total responsabilidade da empresa contratada executar os serviços de reparos. Após a emissão do Termo Definitivo, a responsabilidade civil por parte da empresa contratada seguirá a legislação vigente.

7. CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento das medições será efetuado, em no máximo 30 (trinta) dias, após a emissão da Nota Fiscal pela Empresa Contratada;

7.2. O pagamento da última parcela de medição fica condicionada a conclusão da obra e cumprimento do item 4, subitem 4.5.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Comunicar ao licitante vencedor toda e qualquer ocorrência relacionada com a contratação dos serviços;

Rejeitar no todo, ou em parte, o serviço que o licitante vencedor entregar fora das especificações deste Termo de Referência;

Designar representante com competência legal para proceder ao acompanhamento e a fiscalização do objeto deste Termo de Referência, sendo a Secretaria Municipal de Obras, a responsável pelo acompanhamento.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Cumprir fielmente o que estipula este Termo de Referência e o Edital de Licitação;

Fornecer os serviços, obrigatoriamente de acordo com as especificações descritas neste Termo de Referência, bem como no prazo de execução da obra nele estabelecido. Responsabilizando-se pela substituição de qualquer material que não estiver dentro das especificações contidas nos anexos deste Termo, quando da execução da obra pela contratada estiver em desacordo com as referidas especificações;

Retirar, transportar, substituir, reparar, corrigir, remover, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços que não estiverem sendo executados de acordo com as especificações contidas neste Termo de Referência e seus anexos.

10. RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO OU CONTRATO

Eng.º Luiz Eduardo Paletta Gonçalves, contato: 32566016.

11. CONDIÇÕES GERAIS

Serão recusados os serviços em desacordo com as normas regulamentadas neste Termo;

Toda e qualquer modificação no andamento do serviço dependerá do consentimento do fiscal;

Não é permitida a contratada a subcontratação de serviços;

Os projetos estarão disponibilizados em arquivo digital;

A empresa participante do certame Licitatório deverá procurar a Secretaria Municipal de obras, munido de CD, DVD ou Pen Drive, para aquisição da cópia do arquivo dos Projetos.

12. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

Antes da divulgação do julgamento da proposta vencedora da licitação, a Comissão de Licitação



deverá solicitar o parecer da Secretaria Municipal de Obras sobre a validade dos preços unitários ofertados;

O regime de contratação deverá ser empreitada por preço unitário. Nenhum preço proposto poderá ultrapassar o valor do Preço Unitário da Planilha Orçamentária.

13. VIGÊNCIA DO CONTRATO

O presente contrato terá início na data da assinatura de ordem de execução dos serviços. O licitante terá um prazo máximo de 5 (cinco) dias para assinatura da referida ordem.

14. VALORES ESTIMADOS

Os valores estimados para desenvolvimento das atividades, estão assim definidos:

a) Código reduzido 804 - Construção, Ampliação e Reforma de Prédios Públicos e Equipamentos Sociais - Royalties do petróleo = R\$ 204.856,96 (duzentos e quatro mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e noventa e seis centavos), referente a RC nº 2452/2012Aracruz-ES, 19 de Julho de 2012.

Engº Luiz Eduardo Paletta Gonçalves

Secretário Municipal de Obras
TERMO DE REFERÊNCIA



ANEXO VIII

PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Deverão ser retirados site da P.M. de Aracruz
(www.aracruz.es.gov.br - Links úteis - licitação) ou
junto à Comissão Permanente de Licitação, trazendo CD,
pendrive etc, para cópias.

MODELO DE PLACA PADRÃO

Deverá ser retirado junto a Secretaria Municipal de Obras
A licitante deverá trazer CD para copiar o modelo da placa



ANEXO X

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO DE EMPREITADA DE OBRAS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ARACRUZ E A EMPRESA

O MUNICÍPIO DE ARACRUZ - ES, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 27.142.702/0001-66, com sede na Avenida Morobá, nº. 20, Bairro Morobá, Aracruz - ES, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Secretário Municipal de _____, nacionalidade, estado civil, profissão, residente na _____, portador do CPF nº. _____ e da CI nº. _____, e a Empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, estabelecida na _____ doravante denominada CONTRATADA, representada pelo (a) Sr. (a) _____, nacionalidade, estado civil, profissão, portador do CPF nº _____ e da CI nº _____, residente _____, tendo em vista o julgamento da CPL datado de _____, objeto da Tomada de Preços nº 000/2012, constante do Processo Administrativo nº 9883/2012, devidamente homologado pelo Secretário Municipal de _____, resolvem assinar o presente CONTRATO, de acordo com a Lei nº 8.666/93 consolidada e demais Legislações pertinentes, que reger-se-á pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

1.1 - O presente instrumento tem por objeto a **execução da obra de reforma do Terminal Rodoviário - Sede - Aracruz - ES**, de acordo com a Planilha Orçamentária, Memorial Descritivo e demais condições do edital de Tomada de Preços nº 000 /2012, parte integrante deste ajuste para todos os efeitos, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS E MEDIÇÕES

2.1 - O prazo estimado para execução da obra fica fixado em 180 **(cento e oitenta) dias**, contado a partir da emissão da "Ordem de Serviços" pelo Contratante, excluindo-se o dia do início e incluindo-se o do vencimento, podendo ser prorrogado, a critério da administração.

2.2 - Os prazos de início de execução, de conclusão e de entrega dos serviços, admitem prorrogações, mantidas as demais cláusulas do Contrato, assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos motivos enumerados no Art. 57, § 1º da Lei 8.666/93.

2.3 - Qualquer motivo de paralisação dos serviços deverá ser comunicado por escrito ao Contratante, através de carta/memorando endereçado à Secretaria Municipal de Obras, ou através de anotação no Diário de Obras, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, inclusive justificando os motivos da paralisação, que poderão ou não ser aceitos pelo Contratante.

2.4 - Serão elaborados pela Contratada, medições dos serviços executados, aplicando-se os preços unitários da planilha, às quantidades medidas, que serão aprovadas e liberadas pela fiscalização do Contratante.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO



3.1 - Pela execução da obra prevista na Cláusula Primeira, o Contratante pagará à Contratada o valor global de R\$ (.....), de acordo com a proposta comercial.

3.2 - O pagamento será efetuado em parcelas mensais, por serviços efetivamente realizados e aceitos, de acordo com as medições efetuadas pela fiscalização do Contratante.

3.3 - As medições da obra serão efetuadas pela fiscalização sempre no último dia útil do mês. Será observado o prazo de 10 (dez) dias, contados da data de encerramento de cada etapa de execução do Contrato (último dia útil do mês), para verificação, conferência e liberação da medição.

3.3.1 - As medições da obra ficam condicionadas a manutenção do Relatório Diário de Obras, presente no canteiro de obras, atualizado e assinado pelo representante da empresa e pelo fiscal de obras do Município e serão verificados mensalmente:

- a) O uso do equipamento de proteção individual adequado;
- b) Uso de uniforme com nome da empresa;
- c) Presença em tempo integral do responsável técnico ou seu preposto conforme contrato.

3.4 - Os pagamentos dos serviços realizados serão efetuados em no máximo 30 (trinta) dias, a contar da liberação da medição resultante da execução da etapa da obra.

3.5 - Os pagamentos só serão efetuados mediante apresentação dos seguintes documentos:

- a) Nota Fiscal dos Serviços;
- b) Certidão Negativa de Débito junto à Fazenda Pública Municipal (atualizada) - todas as faturas;
- c) Anotação de Responsabilidade Técnica (CREA/ES ou CAU/ES) - 1ª Fatura;
- d) Matrícula da obra junto ao INSS - 1ª Fatura;
- e) Prova da caução de garantia de execução do contrato - 1ª Fatura;
- f) Prova de recolhimento junto ao INSS e FGTS referente aos serviços cobrados - todas as faturas;
- g) Prova de pagamento de pessoal referente aos serviços cobrados - todas as faturas;
- h) Certidão Negativa de Débito do INSS - todas as faturas;
- i) Certificado de Conclusão e Termo de Recebimento Provisório - última fatura, que deverá ser requerido pela Contratada ao Contratante, sendo o mesmo fornecido no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data da solicitação.

3.5.1 - O pagamento da última parcela de medição fica condicionada a conclusão da obra e cumprimento dos itens 12.10 e 12.11 do edital.

3.6 - É vedada a antecipação de pagamentos sem a contraprestação dos serviços.

3.7 - Os preços propostos pela Contratada poderão ser reajustados, após o transcurso de prazo de 01 (um) ano, de acordo com os preceitos da Lei n.º 8.880, de 27 de Maio de 1994, através dos índices da **Fundação Getúlio Vargas**, ou outro índice indicado pelo Governo Federal, como segue:

$$R = V \times \left(\frac{I - I_0}{I_0} \right)$$

Onde:

R = Valor do Reajustamento Procurado;

V = Valor da obra ou serviços medidos a serem reajustados;

I₀ = Índice Nacional de Custos da Construção, relativo ao mês anterior à formulação da proposta.

I = Idem ao I₀, porém relativo ao mês em que completar **periodicidade anual** em relação ao mês anterior à proposta.

3.8 - Os reajustamentos dos preços propostos estarão ainda sujeitos, a Leis Complementares, Medidas Provisórias e Decretos que venham regulamentar novos procedimentos em função das medidas econômicas de interesse do País.



CLÁUSULA QUARTA - DA GARANTIA DO CONTRATO

4.1 - Na assinatura do contrato, a Contratada se obriga a apresentar o comprovante da caução de garantia de execução sendo o valor da caução de garantia de **2% (dois por cento) do valor do contrato**, representada em moeda corrente ou:

4.1.1 - Títulos da dívida pública, devendo este ter sido emitido sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda (em conformidade com a Lei n.º 11079 de 30/12/04);

4.1.2 - Seguro garantia;

4.1.3 - Fiança bancária (caput e § 1º do Art. 56 da Lei que rege esta licitação);

4.2 - A liberação para pagamento da primeira e demais medições dos serviços executados, pela Secretaria de Obras, fica condicionada à prestação da caução de garantia.

4.3 - A caução depositada será liberada até 60 (sessenta) dias após o encerramento do contrato, se em dinheiro, atualizada monetariamente.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - Os recursos financeiros para pagamento dos encargos resultantes do presente ajuste correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

804	CÓDIGO REDUZIDO
14	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
001	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
0015	Urbanismo
0122	Administração Geral
0045	ARACRUZ EM OBRAS
1482	Construção, Ampliação e Reforma de Prédios Público
44905199000000	OUTRAS OBRAS E INSTALACOES
00290400	Royalties do petróleo

CLÁUSULA SEXTA - DOS EQUIPAMENTOS E MÃO-DE-OBRA

6.1 - Para a realização dos serviços estabelecidos neste Contrato, a Contratada deverá utilizar pessoal próprio, mão-de-obra especializada, ferramentas próprias e adequadas, dentro dos padrões de segurança, sempre com o acompanhamento de técnico responsável.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES

7.1 - Caberá à Contratada a responsabilidade de utilizar pessoal devidamente registrado, recolher todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e outros, resultantes da execução do presente contrato, sendo que a inadimplência de tais obrigações, não transfere ao Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato ou restringir a regularização e o uso da obra, assim como tomar todas as medidas necessárias para a segurança de seus empregados e de terceiros.

7.2 - A Contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, construir, ou substituir, em até 10 (dez) dias, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução da obra ou de materiais empregados.



7.3 - A Contratada é responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

7.4 - A Contratada deverá manter na obra, em tempo integral, um responsável técnico, bem como um preposto, aceito pelo Contratante, para representá-la na execução do contrato.

7.5 - A obra deverá ser entregue em perfeitas condições de utilização, sendo que todo o entulho e restos de materiais provenientes da execução, deverão ser retirados pela Contratada.

7.6 - A eventual aceitação da obra por parte do Contratante não eximirá a Contratada da responsabilidade de quaisquer erros, imperfeições ou vícios que eventualmente venham a ser verificados posteriormente, circunstância em que as despesas de conserto ou modificação correrão por conta exclusiva da Contratada.

7.7 - A Contratada será responsável pela vigilância no local da execução da obra.

7.8 - A Contratada será responsável pelo fornecimento e manutenção de um Diário de Obras, permanentemente disponível, para seus lançamentos e da fiscalização do Contratante.

7.9 - A Contratada deverá instalar placa indicativa dos responsáveis técnicos e demais placas porventura exigidas.

7.10 - A Contratada deverá entregar ao Contratante todo o material retirado ou substituído, considerado pela fiscalização como aproveitável.

7.11 - A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais ou comerciais resultantes da execução do Contrato.

7.11.1 - A inadimplência da Contratada em referência aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e/ou comerciais não transferem à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso da obra.

7.12 - Os resíduos sólidos provenientes da execução da obra deverão receber tratamento e destinação corretas. A empresa deverá emitir documento que comprove a destinação final dos resíduos sólidos.

7.13 - Os valores correspondentes a aquisição, carga, transporte e descarga dos materiais, custo de mão de obra e de equipamentos, quando não explicitados, estão incluídos nos preços contratados.

7.14. A Contratada será responsável por apresentar ensaios de compactação e resistência à compressão, devendo na retirada do material estar presente o fiscal de obras do Município.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - Pela inexecução total ou parcial do contrato o Contratante poderá aplicar as seguintes sanções, garantida prévia defesa.

- a) Advertência por escrito;
- b) Multa de mora de até 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia útil de atraso sobre o valor do contrato, até o período máximo de 30 (trinta) dias, se a obra não for iniciada na data prevista ou concluída nas diversas fases fixadas, sem justificativa aprovada pelo Contratante;
- c) Multa cominatória de até 10% (dez) por cento sobre o valor total do contrato, após esgotado o prazo fixado no subitem anterior;
- d) Suspensão temporária de participar em licitação, ou impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.



8.2 - As sanções previstas no subitem 8.1 poderão cumular-se e não excluem a possibilidade de rescisão administrativa do contrato, garantida a defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis nos casos das letras "a", "b", "c" e "d" e 10 (dez) dias corridos para a letra "e", a partir do recebimento da mesma.

8.3 - As sanções previstas no subitem 8.1 letra "d" e letra "e", poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em outras contratações com a Administração Pública de qualquer nível federativo, ou com autarquias, fundações, empresas públicas ou de sociedade de economia mista:

- a) Tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- b) Tenham demonstrado não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de outros atos ilícitos praticados.

8.4 - As multas previstas nesta cláusula deverão ser recolhidas ao Município dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da data da notificação para esse fim.

8.5 - As multas aqui referidas serão aplicadas após regular processo administrativo e serão exigíveis desde a data do ato, fato ou omissão que lhes tiver dado causa, podendo ser descontadas de créditos relativos ao contrato ou cobradas judicialmente.

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

9.1 - A fiscalização da execução dos serviços será feita pelo Contratante, por intermédio da Secretaria Municipal de Obras, de forma a fazer cumprir, rigorosamente, as plantas, prazos e condições da Tomada de Preços nº 000/2012, a proposta e as disposições deste contrato.

9.1.1 - Fica designado o servidor da Secretaria Municipal de Obras, para acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato.

9.2 - Fica a Contratada obrigada a permitir e facilitar, a qualquer tempo, a fiscalização dos serviços objeto do presente Contrato, facultando o livre acesso ao seu escritório, bem como a todos os registros e documentos pertinentes com o negócio ora contratado, sem que essa fiscalização importe, a qualquer título, em responsabilidade por parte do Contratante.

9.3 - A fiscalização verificará o cumprimento das especificações e aplicações, bem como a quantidade, qualidade e aceitabilidade dos serviços.

9.4 - A fiscalização poderá a qualquer tempo, solicitar a substituição de elementos da equipe da Contratada, mediante justificativa, devendo o atendimento ser feito no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos.

9.5 - A fiscalização poderá sustar a execução de qualquer trabalho que esteja sendo feito em desacordo com disposto neste CONTRATO.

9.6 - Fica acordado que a fiscalização não terá qualquer poder para eximir a Contratada de qualquer obrigação prevista neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO RECEBIMENTO DA OBRA

10.1 - Ao término da execução da demolição, a Secretaria Municipal de Obras emitirá o Termo de Recebimento Provisório, com prazo de 90 (noventa) dias a contar da data da emissão do mesmo. O Termo de Recebimento Definitivo será emitido ao final do prazo acima, desde que não sejam constatadas ocorrências de ordem técnicas e no entorno da obra. Caso ocorram será de total responsabilidade da empresa contratada executar os serviços de reparos. Após a emissão do Termo Definitivo, a responsabilidade civil por parte da empresa contratada seguirá a legislação vigente.



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1 - A Contratada não poderá ceder ou sub-contratar os serviços objeto deste contrato sem a prévia anuência, com autorização por escrito, ressalvando que quando concedida a sub-contratação, obriga-se a Contratada a celebrar o respectivo contrato com a inteira obediência aos termos do Contrato firmado com o Contratante e sob sua inteira responsabilidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

12.1 - A rescisão do contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos no artigo 78 da Lei 8.666/93, dentre eles:

- a) O não cumprimento das cláusulas contratuais especificações, projetos e prazos;
- b) O cumprimento irregular das cláusulas Contratuais tais como:

- A lentidão no seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra no prazo estipulado;
- O atraso injustificado no início da obra;
- A paralisação da obra, sem justa causa com prévia comunicação à Administração;

c) A sub-contratação total ou parcial do seu objeto, exceto com prévia anuência da PMA, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão ou incorporação não admitidas no Edital e neste Contrato;

d) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

e) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotado na forma do parágrafo 1º art. 67 da Lei nº 8.666/93;

f) A dissolução da sociedade ou falência da Contratada;

g) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que a juízo da Administração, prejudique a execução do contrato;

h) Razões de interesse do serviço público;

i) A supressão, por parte, da Administração, de obras, serviços ou compras, acarretando modificações do valor inicial do contrato, além do limite permitido no parágrafo 1º, art. 65 da Lei 8.666/93;

j) A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra; ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e outras previstas, assegurado à Contratada, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

k) O atraso superior a 90 (noventa) dias, dos pagamentos devidos pela administração, decorrentes da obra, ou parcela destes já recebidos, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação de ordem interna ou guerra;

l) A não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para a execução da obra, no prazo contratual;

m) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva do contrato;

n) O não cumprimento das normas relativas à saúde e a segurança no trabalho dos empregados da empresa contratada,

o) A decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil; previstos nas Legislações Federal, Estadual ou Municipal ou de dispositivos relativos à matéria constante de acordo, convenção ou dissídio coletivo;

p) A falta de cumprimento da legislação trabalhista, relativamente a seus empregados;

q) A inobservância da legislação relativa a proteção ao meio ambiente;

r) A falta de comprovação das quitações dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, resultantes da execução do contrato;

12.2 - A decisão da autoridade competente relativa à rescisão do contrato, deverá ser procedida de justificativa, fundamentada, bem como, de notificação à Contratada, oferecendo prazo compatível para



regularização e reparação da irregularidade, se for o caso.

12.3 - A RESCISÃO DO CONTRATO PODERÁ SER:

- a) Determinado por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nas letras "a" até "h" e "n" até "r" do Capítulo;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência administrativa;
- c) Judicial, nos termos da legislação.

12.3.1 - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser procedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

12.3.2 - Nos casos do subitem 12.1 "i" até "m", sem que haja culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo direito à devolução da garantia, caso haja prestado.

12.4 - Declarada a rescisão do contrato, a Contratada receberá do Contratante apenas o pagamento da obra realizada, depois de medidas e aprovados pela fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 - Havendo necessidade de modificação do(s) projeto(s) ou da(s) especificação(ões) constante(s) da(s) planilha(s) integrante(s) do edital, poderá a Administração efetuar o replanejamento, tendo como base para efeito de cálculo de valores as tabelas do ITUFES, EMOP, PINI, SBC INFORMATIVO e DER, na forma preconizada pelo artigo 65, inciso I e alíneas "a" e "b" da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

13.2 - Mediante processo devidamente instruído, o Contratante poderá acrescer ou diminuir o volume de serviços, em conformidade com os §§ 1º e 2º do art. 65 da Lei 8666/93, bem como acrescer o prazo decorrente de alterações do projeto, inclusão ou exclusão de serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICIDADE DO CONTRATO

14.1 - A administração Municipal deverá publicar o resumo deste Instrumento de Contrato até o quinto dia útil do mês subsequente ao mês de assinatura, na Imprensa oficial, em conformidade com o parágrafo único do art. 61 da lei 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Fica eleito pelas partes, o foro da Comarca de Aracruz, para dirimir qualquer dúvida oriunda do presente contrato, renunciando-se a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

15.2 - E por estarem assim, justos e acordados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor na presença das testemunhas abaixo assinadas.

ARACRUZ - ES, de de

Município de Aracruz
Contratante

Contratada



Testemunhas:

1 _____

2 _____